

### *Resumo*

Apresentamos neste ensaio, o resultado parcial da pesquisa que visa perceber em que medida o Plano Museológico contribui com a gestão nos museus. O objetivo é contribuir com as instituições museais demonstrando que o Plano quando elaborado, de acordo com o que preconiza a gestão da informação e do conhecimento torna-se um importante documento informacional registrado para o museu. A metodologia utilizada foi a aplicação de um questionário semiestruturado enviado as instituições museológicas, seguido da análise do plano institucional. Como resultado parcial observamos a importância da comunicação e do diálogo entre os diversos setores ou departamentos do museu através do uso estratégico da informação como um insumo produtivo e fator determinante na elaboração de planos museológicos nas instituições.

**Palavras-chave:** Informação. Conhecimento. Plano Museológico. Gestão da Informação. Gestão do Conhecimento.

### *Abstract*

We present in this essay the partial result of the research that aims to realize the extent to which the Museological Plan contributes to the management in the museums. The objective is to contribute to museum institutions by demonstrating that the Plan, when elaborated, according to what it calls for the management of information and knowledge becomes an important informational document registered for the museum. The methodology used was the application of a semi-structured questionnaire sent to the museological institutions, followed by the analysis of the institutional plan. As a partial result, we observe the importance of communication and dialogue between the various sectors or departments of the museum through the strategic use of information as a productive input and a determining factor in the development of museological plans in the institutions.

**Keywords:** Information. Knowledge. Museological Plan. Information management. Knowledge management.

## INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação (CI) é um campo científico que tem como características principais ser interdisciplinar, inexoravelmente ligada à tecnologia da informação, a qual contribui e participa na evolução da sociedade da informação e do conhecimento. (SARACEVI, 1996) destaca que a Ciência da Informação é um campo que se refere as questões científicas: “voltado para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação”.

A Museologia é uma ciência social aplicada que tem como objeto de estudo a “relação específica do homem e a realidade, caracterizada como documentação do real pela apreensão sensível direta” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2011, p. 63). O plano museológico institucional é um documento informacional e registrado que atende aos pressupostos teóricos da Museologia, o qual para sua elaboração atende ao que a lei do Estatuto de Museus sugere, ou seja, que seja realizado de forma participativa, em conjunto com os diversos setores do museu.

Entretanto, torna-se imprescindível o uso da informação como recurso estratégico nas instituições museais.

Neste sentido, a contribuição da Ciência da informação, mais precisamente, a gestão da informação e do conhecimento (GIC), no intuito de trabalhar e usar a informação como um processo sistemático, uma vez que a informação de acordo com (VERGUEIRO; MIRANDA, 2007, p. 7) “tornou-se um insumo de valor nos dias atuais. Ter acesso, saber reuni-la e disseminá-la passou a ser o diferencial competitivo não somente das organizações mas essencialmente das pessoas”, de forma a contribuir internamente nas instituições museais para que as informações sejam compartilhadas entre os diversos setores facilitando o fluxo informacional e o diálogo entre os indivíduos e não ocorrendo falta de comunicação e imprevistos tão recorrentes.

Portanto, a relevância do estudo reside na aproximação entre a Ciência da Informação e a Museologia, pois de acordo com (LOUREIRO, 2000 p.102) a CI por possuir uma: “perspectiva interdisciplinar é, sem dúvida, um rico e fértil solo para as reflexões museológicas em torno das complexas e heterogêneas questões que conformam a prática museal”. No caso do plano museológico permite uma fertilização contínua para lidar com questões de gestão, cuja complexidade das instituições museais exige, através da informação registrada, qual seja: o plano museológico participativo.

Para Loureiro (op. cit.) a criação de uma ponte interdisciplinar, entre ambos os saberes, traria luz sob pontos emergenciais e complexos que obstaculizam o desenvolvimento da prática museal e do fazer museológico.

O objetivo é contribuir com as instituições museológicas mostrando que o plano museológico relaciona-se com a gestão da informação e do conhecimento, sendo um importante documento informacional registrado para o museu, o qual contribui com os gerentes na tomada de decisão.

A metodologia utilizada foi a aplicação de um questionário semiestruturado enviado a 2 (dois) museus nas esferas administrativas federal e municipal na região de Minas Gerais, sendo um museu federal, administrado diretamente pelo Ibram e um museu municipal administrado pela Fundação Municipal de Cultura da cidade de Belo Horizonte por mala direta, seguido da análise do plano museológico dessas instituições.

Como resultado parcial verificou-se por meio dos dados coletados que para a elaboração de planos museológicos institucionais é necessário seguir o que dita a Lei de Estatuto de Museu, a qual sugere que os planos sejam confeccionados de forma participativa. Portanto, a importância da comunicação e do diálogo entre os diversos setores ou departamentos do museu por meio do uso estratégico da informação como insumo produtivo é fator determinante. Além disso pode-se perceber que as instituições museológicas estão adequando a lei sobre a exigência da elaboração de planos museológicos no país.

## *1.1 Gestão Museológica*

A gestão nos museus tornou-se um tema central, como um processo imprescindível para a qualificação destas instituições. É através da gestão museológica que os museus implementam sua missão visando ao cumprimento da mesma.

Sabe-se que os museus existem acima de tudo por causa dos acervos, ou seja, o patrimônio musealizado, são os guardiões de nossa herança, o que faz com que os museus sejam tão especiais. Um objeto de museu é fonte de muitas informações. Os acervos que formam a base de nossos museus trazem consigo responsabilidades. Conforme (MASON, 2004) o objeto musealizado não somente representa o passado no presente, nos confere também a responsabilidade de preservá-los para o futuro, para garantir o acesso as futuras gerações.

Sendo assim, uma gestão museológica eficaz implica em melhores resultados e mais eficiência nas ações diárias do museu. Pois de acordo com (EDSON, 2004) a gestão do museu é uma responsabilidade que envolve recursos e atividade museológicas e o pessoal do museu.

Nestes termos,

a gestão museológica, ou administrativa de museus, é definida, atualmente, como a ação de conduzir as tarefas administrativas do museu ou, de forma mais geral, o conjunto de atividades que não estão diretamente ligadas às especificidades do museu (preservação, pesquisa e comunicação). Nesse sentido, a gestão museológica compreende essencialmente as tarefas ligadas aos aspectos financeiros (contabilidade, controle de gestão, finanças) e jurídicos do museu, à segurança e a manutenção da instituição, à organização da equipe de profissionais do museu, ao marketing, mas também aos processos estratégicos e de planejamento gerais das atividades do museu. (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2011, p.47).

De acordo com (, 2013) tal gestão deve reconhecer as necessidade dos museus, bem como auxilie no desenvolvimento de políticas de preservação, relacionadas aos acervos, segurança, documentação, difusão, estrutura física, educação e, no reconhecimento e utilização da instituição por parte da sociedade para fruição e diálogo.

## *1.2 Plano Museológico*

Plano museológico, de acordo com (TRINDADE, 2010) é realizado com a finalidade de impulsionar a gestão museológica integrando as diversas áreas de funcionamento, tanto na requalificação de um museu, quanto no processo de implantação. Sendo também, uma

ferramenta de planejamento estratégico a qual prioriza e ordena todas as ações a serem desenvolvidas pela instituição para que ela cumpra de maneira eficaz seu papel na sociedade.

O plano museológico de acordo com o Estatuto de Museus em seu art. 45:

é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para identificação da vocação instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade (BRASIL, 2009).

O mesmo Estatuto de Museus afirma que o plano museológico definirá a missão básica e a função específica do museu na sociedade e como documento museológico, necessário para a organização do trabalho interno da instituição, no sentido de contribuir para clarear as necessidades do museu e na definição de prioridades para a realização de projetos.

O plano museológico define: as características da instituição (trajetória e abrangência de acervo e público), a missão institucional, os objetivos estratégicos, programas, metas, cronogramas, recursos, etc. O planejamento museológico é a melhor expressão prática da política cultural do museu, abrangendo os seus programas e programação e as estratégias para alcança-los na prática. Por ser o museu uma instituição comprometida com a sociedade, o plano museológico sempre se alicerça em aspectos administrativos (planejar estrategicamente), político (reunir pessoas estrategicamente para planejar e realizar) e técnico (decidir e agir com base em procedimentos técnicos), respeitando assim o ambiente que lhe agrega (CURY, 2009, p. 31).

Contudo, para a eficácia do plano museológico institucional, este precisa fazer uso do processo de gestão da informação e do conhecimento dentro do museu, ou seja na percepção da importância da informação compartilhada como recurso estratégico nas organizações museológicas.

### *1.3 Gestão da Informação e do Conhecimento*

Em ambientes organizacionais, todas as atividades desenvolvidas são dependentes de informação e de conhecimento. A informação é considerada insumo organizacional e é um importante recurso, como os demais recursos disponíveis dentro de uma organização. O conhecimento é considerado um recurso estratégico para as organizações, resultante da matéria-prima informação, ele acontece através do uso e da interpretação da informação. Portanto, ambos, informação e conhecimento são fenômenos indissociáveis e complementares que afetam diretamente a atuação organizacional.

Para (VALENTIM, 2008) a informação e o conhecimento, bem como a gestão da informação e a gestão do conhecimento nas organizações são necessários, uma vez que são as pessoas, por meio das atividades que desenvolvem nas organizações é que possibilitam o desenvolvimento econômico e social ao seu redor. Neste sentido, tanto a gestão da informação quanto a gestão do conhecimento dentro das organizações representam os alicerces do fazer organizacional.

De acordo com (VALENTIM, 2004) a gestão da informação nas organizações é um conjunto de atividades que visa a obtenção de um diagnóstico das necessidades informacionais, mapeia os fluxos formais de informação, coleta, filtra, monitora e dissemina informações cujo objetivo é apoiar o desenvolvimento das ações diárias e a tomada de decisão no ambiente corporativo. Quanto a gestão do conhecimento, a mesma autora afirma que esta trabalha no âmbito não registrado através de reuniões e eventos, tendo como foco o capital intelectual e sua ação se restringe aos fluxos informais, o qual trabalha com o conhecimento tácito, que difere da gestão da informação que tem como foco nas organizações a ação restrita aos fluxos formais, e portanto, trabalha no âmbito do conhecimento explícito.

Conforme o professor Barbosa (2008), em seu artigo intitulado *Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas* nos aponta:

Enquanto a GI focaliza a informação ou conhecimento registrado, a GC destaca o conhecimento pessoal, muitas vezes tácito, e que, para ser efetivamente utilizado, antes precisa ser descoberto e socializado. [...] o fenômeno central da gestão da informação é a informação ou o conhecimento explícito. Ou seja, a GI lida com o universo de documentos, dos mais diversos tipos, os quais são produzidos, armazenados e utilizados em um contexto organizacional. Por outro lado, o fenômeno central da gestão do conhecimento é o conhecimento pessoal, aquele que encontra na cabeça das pessoas e que muitas vezes não é registrado nem compartilhado (BARBOSA, 2008, p.14-15).

Portanto a informação e o conhecimento são termos imbricados Lenzi; Tálamo (2007) pois a informação constrói o conhecimento, e o conhecimento permite a formação de novas informações ao colocá-lo em prática. Tanto a informação, quanto o conhecimento dentro das organizações devem fluir de maneira eficaz.

#### *1.4 A importância da GIC como processo na elaboração do plano museológico para os museus*

O museu como uma organização precisa ser estrategicamente administrado necessitando de gestão eficiente para contribuir na tomada de decisão do museu

a fim de desempenhar a função de laboratório em o qual a experimentação museológica se realiza, sendo reconhecidamente útil à sociedade por sua capacidade de promover diálogo intercultural, territorialização da cultura etc. Só que ao se pensar em gestão eficiente, pensa-se logo em planejamento estratégico (SOARES, 2015, p. 215).

Planejamento estratégico é uma ferramenta de gestão que conforme (MEGGINSON et al., 1998, p. 165) “inclui atividades que envolvem a definição da missão da organização, o estabelecimento de seus objetivos e o desenvolvimento de estratégias que possibilitem o sucesso das operações no seu ambiente”.

Ambiente ou cultura organizacional pode ser entendido como algo, de acordo com Terra; Gordon (2002) que constitui normas e valores que ajudam a todos dentro de uma organização a interpretar eventos e a determinar que comportamento é apropriado ou não.

Normas e valores são informações que possibilitam a organização desempenhar suas funções de maneira mais eficiente e eficaz, pois a informação conforme (CEDÓN, 2003, p. 125) “é um dos principais insumos para a tomada de decisão em organizações”, sendo também insumo para geração de conhecimento. De acordo com (LENZI; TÁLAMO, 2007, p. 6) “Gerenciar informações implica planejar, selecionar, coletar, analisar, organizar, otimizar os fluxos, normalizar, tornar disponível para uso e avaliar informações, disseminando-as em sistemas e serviços”.

Nesse sentido, ao observarmos a Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus e o Decreto-Lei nº 8124 que regulamenta os dispositivos desta Lei, ambos mencionam que o Plano Museológico para sua elaboração deverá ser realizado de forma participativa, ou seja, com a participação principalmente dos funcionários do museu, mas também de especialistas, parceiros sociais, usuários e consultores externos, considerando suas especificidades.

Pois,

o ponto de vista particular de uma pessoa é influenciado por sua experiência de trabalho, assim como sua educação, seu treinamento profissional e suas responsabilidades funcionais no interior de uma grande organização (TERRA; GORDON, 2002, p. 55).

Assim, estamos nos concentrando especificamente na elaboração de planos museológicos que considerem a gestão da informação e do conhecimento como elementos-chave para contribuir com a gestão museológica, uma vez que a informação e o conhecimento conforme Barbosa (2008) tem cada vez mais merecido a atenção de gestores, profissionais e de pesquisadores.

Em síntese, a gestão da informação no plano museológico significa tornar a informação que foi sistematizada e formalizada após a elaboração e confecção do plano museológico disponível disseminando-o para todos os setores do museu, em vários tipos de suporte (digital, papel etc.) para uso e avaliação, através de canais ou fluxos formais da informação. Para (SMIT, 2012, p.85) “a informação para poder ser utilizada por mais pessoas sem limitações de tempo e espaço, supõe que a mesma tenha sido documentada, ou seja registrada”.

No que tange a gestão do conhecimento no plano museológico é a gerência do capital intelectual de seus funcionários, através de reuniões e eventos, entre a direção do Museu e seus funcionários percebendo, de acordo com Terra; Gordon (2002) que o recurso de conhecimento se tornou a chave para estabelecer vantagens competitivas duradouras que se consolidam por si próprias.

Assim,

é importante aumentar a capacidade de interpretação dos funcionários do que simplesmente aumentar a quantidade de informação disponível. [...] O conhecimento tácito coletivo dos funcionários inclui um conjunto de valores compartilhados, padrões de comunicação e rotinas organizacionais que estão fortemente ligadas à sua experiência conjunta (TERRA; GORDON, 2002, p. 58, 60).



Para tanto, é necessário que o museu, assim como outras tantas organizações, se abram para novas possibilidades de gestão. Eis um grande desafio, pois o museu de acordo com (SOARES, 2015, p. 219) “é uma organização onde a departamentalização ainda persiste e os muros intraorganizacionais não são facilmente derrubados”.

Mas, podemos mudar o curso das coisas, e ao invés de departamentalização, pensemos em união de forças e de vontades, acreditemos nas palavras de Santos (1999), quais sejam, no enriquecimento com a experiência do outro, no incentivo à criatividade, na troca salutar e na abertura de novos caminhos, sem ter que desprezar o conhecimento historicamente já construído.

Portanto, ao utilizarmos o processo de gestão da informação e do conhecimento nos museus estaremos contribuindo com o dinamismo e com o futuro dessas instituições.

## *2 MATERIAL E MÉTODOS*

A metodologia utilizada foi a aplicação de um questionário semiestruturado enviado a 2 (dois) museus nas esferas administrativas federal e municipal na região de Minas Gerais, sendo um museu federal, administrado diretamente pelo Ibram e um museu municipal administrado pela Fundação Municipal de Cultura da cidade de Belo Horizonte - FMC por mala direta, seguido da análise do plano museológico dessas instituições. A princípio foi enviado para todos os setores das instituições.

A Fundação Municipal de Cultura – FMC, instituída pela Lei n.º 9011, em 1º de janeiro de 2005, tem por finalidade planejar e executar a política cultural do Município de Belo Horizonte por meio da execução de programas, projetos e atividades que visem ao desenvolvimento cultural. Responsável pela administração de 4 museus na capital.

O Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, é o órgão responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor – aumento de visitação e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros. Também é responsável pela administração direta de 29 museus no país.

Para a coleta de dados extraídas do questionário semiestruturado foram criados três categorias de análises a saber:

Categoria de gestão museológica (organização do museu): esta categoria tem por objetivo verificar em que medida o plano museológico contribui com a gestão museológica. Observa também se o museu possui Missão e regimento interno.

Categoria de gestão da informação: o plano museológico como um documento museológico informacional e registrado na instituição: esta categoria tem por objetivo verificar se o plano encontra-se disponível dentro da instituição, tanto em meio físico, quanto em meio digital.

Categoria de gestão do conhecimento: o plano museológico como um documento compartilhado e participativo: esta categoria tem por objetivo verificar se na instituição museológica o conhecimento tácito coletivo dos funcionários é trabalhado dentro da organização.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na categoria de gestão museológica: o museu da FMC não possui plano museológico nem regimento interno. De acordo com a resposta do questionário na seção “*Caso queira dar alguma sugestão ou crítica aproveite este espaço*” o museu informou que ambos estão em pauta desde o final de 2015 para discussões e adequações finais para instituí-los o mais breve possível na instituição pesquisada.

De acordo com as respostas verificamos que, mesmo não tendo um plano museológico em vigor na instituição, o museu percebe sua relevância para a gestão.

O museu do Ibram, de acordo com as respostas possui plano museológico, mas não possui um regimento interno.

Ambos, os museus pesquisados possuem uma missão e afirmam que o plano museológico contribui com a organização do museu. Podemos então concluir que mediante a pergunta de pesquisa: o plano museológico contribui com a gestão (com a organização) do museu.

Na categoria de gestão da informação: o museu da FMC afirma que o plano museológico está disponível em todos os setores do museu, estando disponível também tanto em meio físico quanto em meio digital.

Mediante esta resposta do museu da FMC observamos uma contradição no que tange o plano está disponível em todos os setores do museu, uma vez que o museu não possui plano museológico.

Quanto ao museu federal observamos que o plano museológico está disponível em todos os setores do museu e também encontra-se disponível também tanto em meio físico quanto em meio digital.

Na categoria de gestão do conhecimento: o museu da FMC diz que foi realizado um diagnóstico da situação do museu, houve reuniões para troca de informações entre a direção do museu e os funcionários a respeito da situação de cada setor e sobre o fazer museológico de cada funcionário da instituição. O museu afirmou que para a elaboração do plano museológico houve o compartilhamento de ideias entre a direção e os funcionários do museu. Informaram que o plano é sempre consultado pela instituição. O museu avalia periodicamente seu plano.

De acordo com a respostas, observamos que o museu, como já citado anteriormente não possui um plano em vigor, no entanto conforme a respondente do museu da FMC o plano museológico e o regimento interno estão em pauta desde o final de 2015, onde estão sendo discutidos e analisados pontos relevantes para confecção dos mesmos.

Quanto ao museu federal, na categoria de gestão do conhecimento e de acordo com as respostas do questionário o museu afirma que para a realização do diagnóstico museológico houve reuniões para troca de informações entre a direção do museu e os funcionários a respeito da situação de cada setor e sobre o fazer museológico de cada funcionário da instituição. Informaram também que para a elaboração do plano museológico, houve o compartilhamento de ideias entre a direção do museu, para que todos pudessem discutir e apontar suas experiências e práticas sobre o fazer museológico contribuindo para a melhoria da gestão do museu. Verificamos, portanto, que há contradição em algumas respostas do questionário, quando se trata de alguns setores na instituição e que portanto não há o compartilhamento devido de informações e comunicação entre os setores do museu, o que compromete a eficiência do museu, como uma instituição prestadora de serviço para a sociedade.



De acordo com a análise do plano institucional, o mesmo encontra-se no museu em seu 3º volume e está em vigor desde 2012.

## 4 CONCLUSÕES

Como resultado parcial verificou-se por meio dos dados coletados que para a elaboração de planos museológicos institucionais é necessário seguir o que dita a Lei de Estatuto de Museu, a qual sugere que os planos sejam confeccionados de forma participativa. Portanto a importância da comunicação e do diálogo entre os diversos setores ou departamentos do museu através do uso estratégico da informação como insumo produtivo e fator determinante. Além disso, pode-se perceber que as instituições museológicas estão em adequação à lei que institui sobre a elaboração de planos museológicos no país.

Com isso entendemos a importância da comunicação e da interação entre os funcionários nos diversos setores do museu e o uso da informação como recurso estratégico capaz de solucionar problemas que podem e devem ser discutidos com o envolvimento de vários profissionais do museu, pois cada indivíduo pode contribuir com sua experiência.

Desse modo, cria-se nas instituições museológicas uma cultura de aprendizagem, onde o conhecimento tácito coletivo de seus funcionários é trabalhado e gerenciado, o qual, inclui um conjunto de valores compartilhados, conforme preconiza a gestão da informação e do conhecimento.

Portanto, essa relação acaba tornando ponto de partida para que se aprofunde a gestão museológica, plano museológico e gestão da informação e do conhecimento que estão sendo trabalhados na dissertação.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. R. Gestão da Informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. In: **Inf. Inf.**, Londrina, 2008, v. 13, n. esp., p. 1-25. 2008.

COSTA, H. H. F. G. da. CARDOSO, L. S. **Patrimônio e Gestão** – coisas de museu. **Laboratório de Estudo e Pesquisa Arqueológicas Editoriais**, Santa Maria. RS, 2013/2014, vol. I, p. 43-51, jul./jun. 2013/2014. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/lepa/revista/rev1/rev1art3.pdf>. Acesso em 10/03/2016.

CURY, M. X. Museu e Museologia: Interfaces e Perspectivas. *Museologia, novas tendências. MAST COLLOQUIA*. Rio de Janeiro, 2009, vol.11, p. 27-39, 2009.

DESVALLÉES, A. & MAIRESSE, F. Gestão museológica. In: Armand Colin. **Conceitos – chaves de Museologia**. São Paulo, ICOM. 2013. 98p.

EDSON, G. Gestão de Museu. In: \_\_\_\_\_. **Como gerir um museu**. França. ICOM. Maison de l'UNESCO 1, lamente Miollis, 2004. p. 145-159.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. Disponível em:  
[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaocultura&tax=7664&lang=pt\\_BR&pg=5520&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaocultura&tax=7664&lang=pt_BR&pg=5520&taxp=0&). Acesso em 23/03/2016.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. Disponível em:  
<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/o-ibram/>. Acesso em 23/03/2016.

LENZI, L. A. F.; TÁLAMO, M de F. G. M. Impacto da dinâmica das terminologias na Gestão da Informação e do Conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8, 2007, Salvador. **Anais do VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**. Salvador. 2007. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiienancib/paper/view/2880/2008>. Acesso em 09/03/2016.

LOUREIRO, M. M. J. Labirinto de Paradoxos: informação, museu, informação. In: \_\_\_\_\_. **Interdiscursos da Ciência da Informação: Arte, Museu e Imagem**. Org. Lena Vania Ribeiro Pinheiro e Maria Nélida González de Gómez. IBICT. Rio de Janeiro, 2000. Parte 2: Museu, p. 91-104.

MEGGINSON; MOSLEY; PIETRI. **Administração conceitos e aplicações**. Tradução Maria Isabel Hopp. 4º ed. São Paulo. Editora: Habra. 1998. 614p.

PAIM, I.; BARBOSA, R. R.; BAX, M. P.; PINHEIRO, M. M. K.; FERREIRA, M. A. T.; NEVES, J. T. de R.; CENDÓN, B. V.; BORGES, M. E. N. **A gestão da informação e do conhecimento**. Belo Horizonte: ECI / UFMG, 2003. v. 1. 306 p.

SANTOS, M. C. Processo Museológico: critérios de exclusão. In: \_\_\_\_\_. **Anais II Semana dos Museus da Universidade de São Paulo**. São Paulo, 1999. p.65-72.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Revista Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, 1996. p. 41-62, jan./jun. Disponível em: < <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci> > Acesso em 05/03/2016.

SMIT, J. W. A informação na Ciência da Informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**. Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 84-101, jul./dez. 2012. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48655/52726> >. Acesso em 25/04/2016.

SOARES, E. Planejamento estratégico: ferramenta indispensável na gestão eficiente de museus. **Museologia & Interdisciplinaridade**. Revista do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Brasília, vol. IV, nº 8, dez 2015.

TERRA, J. C. C; GORDON, C. Gestão do Conhecimento na Era das Redes. In: \_\_\_\_\_. **Portais Corporativos: a revolução do conhecimento**. 1ª edição. São Paulo: Negócio Editora, 2002. v. 1, capítulo 3, p. 55-80.

TRINDADE, S. C. Planejamento museológico. Falando de ... Planejamento Museológico. In: **Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus e Artes Visuais de Minas Gerais**. Caderno nº 2, 2010. p. 7-20.

VALETIM, M. L. P. Gestão da informação e gestão do conhecimento em ambientes organizacionais: conceitos e compreensões. **Tendência da pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Ancib. v. 1, p. 1-16. 2008. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/110/151>>. Acesso em 06/03/2016.  
\_\_\_\_\_. Gestão da informação e do conhecimento: especificidades e convergências. **Infohome**, Londrina, 2004. Disponível em: [http://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=88](http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=88). Acesso em 06/03/2016.

VERGUEIRO, W; MIRANDA. A. C. D. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Administração de Unidade de Informação**. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2007, p. 7-10.

## LEGISLAÇÃO

Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009 – Estatuto Brasileiro de Museus.

Decreto-lei 11.124 de 17 de outubro de 2013.